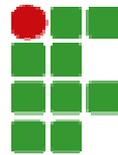




Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

EMBRUTECIMENTO OU EMANCIPAÇÃO A RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO EM SALA DE AULA A PARTIR DE DIFERENTES ENQUADRAMENTOS

Eixo Temático: Fundamentos da Educação: História, Filosofia e Sociologia da Educação.

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Samara Almeida de Oliveira¹
Wanderley Cardoso de Oliveira²

RESUMO

Neste artigo, nosso objetivo é desenvolver o seguinte questionamento: na relação entre professor e aluno em sala de aula, é possível, através do reconhecimento mútuo, romper com o princípio da desigualdade das inteligências, que produz o embrutecimento, em prol de uma educação para a emancipação? De início, principalmente, a partir de Judith Butler (E.U.A, 1956), descrevemos o processo de reconhecimento mútuo, mostrando que ele ocorre mediante determinadas normas que o condicionam. Em seguida, com Jacques Rancière (Argélia, 1940), focamos o princípio da desigualdade das inteligências que, de acordo com o filósofo franco-argelino, se faz presente como verdade inquestionável ou crença inabalável na relação entre mestre e aprendiz. Por fim, postulamos, ainda a partir de Rancière, o princípio da igualdade das inteligências e ensaiamos a possibilidade de ruptura com o princípio da desigualdade das inteligências, em prol de uma educação comprometida, não com o embrutecimento e a submissão da inteligência do aprendiz àquela do mestre, mas com a emancipação de ambos, compreendidos, daí por diante, como inter-atores, iguais em inteligência na sala de aula.

Palavras-chave: Reconhecimento. Enquadramento. Embrutecimento. Emancipação.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, à luz (1) do processo de reconhecimento mútuo, tal como é desenvolvido por J. Butler (2015a, 2015b, 2016), e (2) do princípio da desigualdade das inteligências, explicitado por J. Rancière (2005, 2012), nosso objetivo é, tendo como foco a relação entre professor e aluno na sala de aula, refletir sobre a questão: é possível, através do reconhecimento mútuo, romper com o princípio da desigualdade das inteligências, que engendra o embrutecimento, em prol de uma educação para a emancipação? Primeiramente, descrevemos o processo de reconhecimento mútuo. Em seguida, apresentamos o princípio da desigualdade das inteligências estabelecido como verdade inquestionável ou uma crença inabalável na relação entre mestre e aprendiz; e mostramos que dentro do enquadramento esta relação só produz embrutecimento, o que torna o reconhecimento mútuo impossível. Posto isto, ensaiaremos a possibilidade de

¹Mestranda em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

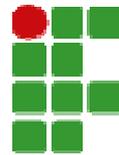
²Doutor em Filosofia e Professor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

ruptura com esta moldura na perspectiva de uma educação comprometida com a emancipação de professores e alunos, compreendidos como inter-atores em sala de aula, iguais em inteligência.

2 MATERIAL E MÉTODOS.

O trabalho é desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, em que se investigam os conceitos explicitados na seção anterior.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez explicitado o conceito de reconhecimento como processo essencial no âmbito constitutivo de nossa subjetividade, o utilizamos no texto para pensar a relação entre professor e aluno em sala de aula. Nesse sentido, levantamos as seguintes questões: quais atitudes e posturas em sala de aula possibilitam o reconhecimento mútuo entre professor e aluno? Por outras palavras, a partir de quais normas se configuram as molduras que possibilitam ou não este reconhecimento? Para Butler, é somente a partir de determinadas normas que o reconhecimento se dá. Nas palavras da autora: “Submeto-me a uma norma de reconhecimento quando te ofereço reconhecimento, ou seja, o ‘eu’ não oferece o reconhecimento por conta própria” (2015a, p. 36). As normas e os critérios presentes na cena do reconhecimento evidenciam, dessa forma, uma questão importante a ser analisada.

Ao partir desta perspectiva, podemos pensar que o professor, no ato de reconhecimento, necessita sumariamente de um quadro de referência no qual ele se baseará em certos critérios para identificar quais sujeitos são reconhecíveis (ou não) como alunos; e os alunos precisam também corresponder a tais normas para serem reconhecidos. Essas normas, por sua vez, compõem um quadro ou produzem um enquadramento que condicionam a cena de reconhecimento, delimitando quais sujeitos serão reconhecíveis e como o serão. Como afirma Butler: “Podemos pensar no enquadramento como algo ativo, que tanto descarta como mostra” (2015b, p. 112).

Em seguida, associamos tais concepções butlerianas ao princípio da desigualdade das inteligências, identificado por Jacques Rancière (2005) em *O mestre ignorante*; o que nos permite pensar a educação em duas perspectivas distintas: a emancipadora e a embrutecedora. A primeira pressupõe o princípio de que somos todos iguais em inteligência, a segunda parte da desigualdade das inteligências como uma crença inquestionável.

Situada no enquadramento da desigualdade das inteligências, a relação entre professor e aluno se configura em duplas polarizadas, de modo que temos, de um lado, o professor posto como sábio, sujeito ativo, explicador e capaz de usar sua própria inteligência; e, do outro, o aluno tido como ignorante, espectador passivo, incapaz de aprender por si mesmo e sempre dependente do mestre explicador; e como consequência deste enquadramento, a relação entre estes sujeitos acaba se configurando como violenta, hierárquica e, principalmente, embrutecedora. Em tais termos, o reconhecimento mútuo entre eles se torna impossível.

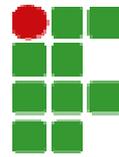
Em entrevista concedida a Knudsen (2010), Butler descreve, entretanto, que “o reconhecimento também pode ser o lugar onde os campos de inteligibilidade são transformados” (p. 168). A partir desta afirmação, podemos entender que os



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

enquadramentos normativos não atuam de forma estável ou permanente, ou seja, existe uma possibilidade de ruptura destas molduras, por meio da qual podemos pôr em questão o dogma inquestionável da desigualdade das inteligências, abrindo espaço para um novo quadro. Neste, preza-se pelo reconhecimento das inteligências como iguais e tem como objetivo maior uma educação para a emancipação. Esta direção possibilita-nos, assim, pensar a relação professor e aluno a partir de uma nova perspectiva, visando a sala de aula como um espaço de troca de saberes e experiências, onde o professor reconhece a inteligência do aluno como igual à sua e vice-versa. A sala de aula, a partir daí, não seria mais o cenário no qual apenas um ator principal atuaria. A sala de aula se tornariam um cenário para inter-atores, compartilhando, em pé de igualdade, a aventura do aprender.

CONCLUSÕES

Para terminar, concluímos que mesmo que a igualdade de inteligências vigore como princípio de reconfiguração das relações desiguais e hierárquicas entre professor e aluno em sala de aula e, neste sentido, ela possa colaborar para a reparação do dano causado aos alunos presos na moldura de ignorantes e inferiores, precisamos nos perguntar com Butler se isto basta para que não haja mais opressores e oprimidos neste ambiente.

Por mais que reconheçamos as inteligências como iguais, não há como desconsiderar a presença simultânea de vários outros traços (de gênero, raça, classe, orientação sexual, religião...) que se entrelaçam, se sobrepõem, fortalecendo uns aos outros na composição das figuras que os quadros normativos pintam.

“Ela/Ele é inteligente, mas é...”. Nestas reticências entra toda a variedade de combinações que pode haver entre os traços para discriminar, agredir e oprimir alguém. Além da igualdade de inteligências há o longo caminho a ser percorrido para aceitarmos uns aos outros em nossas diferenças e vulnerabilidades (tanto em sala de aula como em qualquer outro lugar), sem que as utilizemos como armas para ferir e até mesmo matar o outro.

Com a Butler, leitora de Lévinas, precisamos acrescentar, em nossas salas de aula, além do reconhecimento proposto por Rancière das igualdades das inteligências, também, ou melhor, essencialmente, o reconhecimento do outro como rosto e tudo o que isto implica em nossa relação de acolhimento, responsabilidade, respeito, escuta e resposta a esta alteridade radical e infinita que ele é.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

BUTLER, J. *Quadros de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KNUDSEN, P.P.P.S. *Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler*.

Paris, junho de 2008. *Revista Estudos Feministas*. vol.18, n.1, p. 161-170, Jan./Abr. 2010.